

## Transformações do Olhar: Perspectivas Ibéricas sobre Literatura Infantil e Educação Intercultural





## A outra educação da infância sem voz expressa na literatura (Séc. XIX-XX)

Ernesto Candéia Martins \*

### RESUMO

O autor aborda a questão da infância pobre, marginalizada, abandonada e delinquente, centralizando-se nas suas imagens e/ou representações e, conseqüentemente, da sua 'não educação' (aspecto material). Trata-se de uma temática que se insere na história da infância inadaptada (vertente cronológica), na história da criança (vertente categorial), na história da assistência educativa (vertente pedagógica) e na etnografia da infância marginalizada (vertente antropológica e sociológica). A partir dessas imagens será possível estruturar

as suas histórias de vida, o seu quotidiano, as suas aprendizagens, os seus percursos, etc. Metodologicamente seleccionaram-se alguns textos (discursos e narrações numa perspectiva educativa e cultural) de periódicos (jornais e revistas) e de literatura infantil, que deram um conhecimento dessa infância e da prática do seu abandono e marginalização.

**Palavras-Chave:** infância desvalida, representação da infância, imagem da criança, imprensa, literatura infantil, pedagogia social, história da educação social.

### Questões Introdutórias

A historiografia educativa alargou as suas áreas de investigação, a partir da década de 70 do século passado, para além dos tradicionais estudos sobre a educação escolarizada, os manuais escolares, currículo escolar, legislação, pensamentos e ideias pedagógicas, a outras áreas e problemáticas sócio-educativas, com novas metodologias de abordagem, à criança em situação não escolarizada. O quotidiano desta 'outra infância' foi a alimentação, a higiene e saúde, o vestuário, a habitação, o afecto, o desporto, as distrações, as boas maneiras, etc., tudo o que constituía uma 'boa educação'. De facto, esse quotidiano era a emergência e as vivências, no tempo, com os aspectos estruturados duma dada cultura ou civilização. Na verdade, insistiu-se muito sobre o quotidiano da criança letrada, escolarizada, normalizada socialmente, mas não se estudou a não letrada, a não normalizada socialmente. Trataremos destas representações 'da', 'para a' ou 'em

\* Instituto Politécnico de Castelo Branco

função' (imagens do quotidiano) da infância abandonada, pobre e marginalizada, que, sendo um fenómeno social, também teve a sua história.

Há cerca de um século, a maioria das crianças portuguesas adquiria na família, na escola e na comunidade os saberes e habilidades considerados socialmente necessários para se integrarem na sociedade. A socialização constituía um processo quotidiano, baseado na imitação e repetição. Mas nem todas elas tiveram essa possibilidade de escolarização e socialização, pois as anomalias nos contextos e ambientes onde estavam inseridas determinaram situações de abandono, desamparo e inadaptação e, conseqüentemente, comportamentos anti-sociais, de desvio social e de (pré) delinquência, que as fizeram cair nas malhas da justiça, em instituições de acolhimento (assistencial, correcção, reeducativo,) ou na marginalização. Essa 'outra educação' recebida em vários contextos por aquela infância teve uma presença activa no seu itinerário educativo, configurado por uma aculturação, uma formação de personalidade e uma 'profissionalização' desviadas do modelo social vigente na sociedade. Ou seja, aquela 'outra educação' não estava nos manuais, nem era sistematizada por teorias e doutrinas, nem justificada por dogmas e princípios (educação não formal). Esta operação de arqueologia educativa é epistemologicamente de grande utilidade na reflexão educativa no tempo e no contexto histórico educativo de muitas crianças marginalizadas, abandonadas e desvalidas.

Pretendemos abordar as imagens ou representações dessa infância (séculos XIX-XX), centralizando-nos na sua 'não educação' (aspecto material), tendo em conta a literatura e a imprensa da época. Trata-se de uma temática que se insere na História da Infância Inadaptada (vertente cronológica), na História da Criança (vertente categorial), na História da Assistência Educativa (vertente pedagógica) e na Etnografia da Infância Marginalizada (vertente antropológica e sociológica). A partir da história desta infância será possível estruturar as suas histórias de vida, o seu quotidiano, as suas aprendizagens, os seus percursos, etc.

Em termos metodológicos analisaram-se alguns acervos documentais de periódicos (jornais e revistas) e de literatura para crianças, que nos deram um conhecimento dessa infância e da prática do seu abandono e marginalização. Seleccionámos alguns textos (discursos e narrações), seguindo uma perspectiva educativa e cultural (Escolano, 2005: 220-227; Tenorth, 2001: 67-82; Varela, 2001: 105-123), tendo em conta as fontes científicas histórico-pedagógicas. Assim, a óptica

epistemológica e metodológica é a historiográfica e a etnográfica, com o intuito de conhecermos a dinâmica evolutiva do objecto de estudo.

## Pobreza, Crise Económica e Medidas de Assistência no século XIX

As crises económicas que assolaram a Europa (séc. XIX e princípios séc. XX), lançaram na pobreza e miséria muitas famílias. Na edição de 1927, o jornal *'O Setubalense'*, na sua coluna *'Problema Difícil'* (p. 1-3), retrata a dimensão dessa crise económica gravíssima: *'Em Setúbal morre-se de fome. Há lares onde há muito não entra um pouco de pão, onde só a desgraça e a miséria tem guarida. A falta de peixe numa terra que só de peixe vive arrastou para a pior indigência algumas centenas de famílias'*. As consequências são visíveis e dramáticas por todo o País, principalmente nos grandes centros urbanos, onde muitos homens e mulheres válidos entraram na senda da mendicidade, vagabundagem, marginalização e prostituição. Nem a intervenção, em muitos casos das Câmaras, das misericórdias e instituições de beneficência, minoravam essas situações de miséria humana nem acautelavam a vergonha natural de muita gente obrigada à caridade alheia.

Muitas dessas situações proporcionaram o abandono, a marginalização, a exploração, a mendicidade de crianças e jovens ou situações trágicas, como a que relata Cezar Nogueira, na coluna *'Situação Desgraçada'*, no *'O Setubalense'* (1924, p. 1-2): *'A miséria vai ser muito maior. Muita dor vai haver em lares recatados, onde o pão será escasso, para acudir ao sustento da família. Muitas covas se abrirão para albergar corpos enfezados de crianças, de entes destruídos pela tuberculose'*. A fome, os flagelos sociais e as doenças dizimavam muitas pessoas, na sua maioria crianças. A indigência estava, muitas vezes, na imprevidência das classes pobres ainda que eventual e proveniente de doenças, de invalidez ou da falta de trabalho. O pauperismo, forma dramática da pobreza, supunha a sobrevivência de algumas famílias dependentes do auxílio dos outros ou da assistência pública e instituições religiosas.

As crianças abandonadas e marginalizadas, que vagabundavam pelas ruas dos centros urbanos, provinham, em geral, de famílias numerosas, de internatos, de orfanatos e de explora-

ção infantil. Fugiam de casa, dos hospícios e casas de correcção, sobrevivendo nas ruas, na base da mendicidade e vagabundagem. Nessa promiscuidade das vivências da rua, da taberna e com o perigo do roubo, da prisão, da corrupção e delinquência apresentavam-se raquíticos, famintos, enfezados, com poucas vestes, sujos, contagiados de doenças, etc. As autoridades policiais empenhavam-se, desde o tempo do Intendente Pina Manique, em persegui-los, recolhendo-os, primeiramente, em prisões com os mais velhos, depois em casas de detenção e correcção, orfanatos, internados, reformatórios, etc., de modo a beneficiarem de assistência educativa e reeducativa.

Neste contexto historiográfico é útil perceber as medidas legislativas que surgiram, a intervenção dos municípios, o papel das instituições de acolhimento e reeducação e a actividade assistencial desenvolvida. A história do abandono e marginalização da infância e juventude está associada a outros aspectos temáticos, como a desestruturação e promiscuidade do ambiente familiar, a pobreza e miséria, o infanticídio, a falta de assistência, a amamentação por amas (expostos, enjeitados) e a adopção. A assistência realizada nem sempre tinha a correlata eficácia. Quer no estabelecimento de acolhimento, pela frequente conjunção da assistência aos expostos, órfãos e abandonados com aprestada a adultos doentes, mendigos e pobres, quer no domicílio de acolhimento, pela habitual partilha de cuidados com os filhos da ama ou com outros expostos em criação, o certo é que os índices de mortalidade infantil são neste período bem elevados.

No século XIX debatem-se questões educativas que convertem a criança e o povo no centro do interesse pedagógico, sociológico, médico-assistencial e político. É a época em que a literatura e a imprensa criam a figura romântica do ‘mendigo’ e do ‘vagabundo’, aumentando as denúncias de abandono, desamparo (moral, material), infanticídio e delinquência, que implicou acções filantrópicas, privadas e públicas, com a criação de instituições e associações de protecção. Paralelamente, debatiam-se esses problemas sociais ao nível político, jurídico, médico, profiláctico, assistencial e social sobre essa infância ‘sem vez’ na sociedade portuguesa.

De facto, as crianças ‘mendigas’ e ‘vagabundas’ situavam-se no centro da questão social (eugenismo) relacionado com o fenómeno cada vez mais difundido da pobreza, miséria, e analfabetismo, com consequências no imaginário social, onde a triste figura da ‘criança da/na rua’, se mistura com evocações literárias de aventuras e resgates. É óbvio que as causas que levavam essas crianças para a mendicidade são várias, por exemplo: as péssimas condições de habitações

nos bairros pobres (Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal), levando os seus moradores a permanecerem nas casas o menor tempo possível; promiscuidade moral e higiénica das habitações e moradias; falta de escolas, cantinas escolares, creches e jardins escolas, facto que impedia o acesso à instrução; múltiplos perigos morais e físicos de ambientes promíscuos (taverna, rua, prostituição); falta de trabalho e elevado desemprego, impedindo que os jovens dos 14 aos 18 anos pudessem empregar-se; o desmazelo e abandono dos pais e famílias pelos filhos. Assim se explicam as atitudes face a esta outra infância de certos artigos de periódicos (Quadro n.º 1).

**Quadro n.º 1:** Extractos de narrativas da imprensa (início Séc. XX) ilustrativas do estado das crianças (memórias da imprensa diária).

*"(...) pequenitos que revolvem os barris de lixo em procura de alguns restos para comer. (...) Há crianças que tomavam como profissão rebuscar no entulho do Aterro qualquer trapo, para aproveitar como agasalho, ou migalha de comer, para se enganarem como alimento." (O Século, de 11/02/1922, p.2).*

*"(...) desgraçados que patenteiam a sua miséria pelas ruas de Lisboa, para obterem alguns meios de subsistência (...) crianças andrajosas pedindo esmola que também em nada concorrem para o bom nome do país e da sociedade." (Diário do Senado, de 9/07/1924, p. 2).*

*"(...) rostos escaveirados, expressões bestializadas, encardidas nas intempéries ocultas, sob uma camada viçosa de imundice. Tudo neles é negro. (...) Marcham como sapos, deslizando acorçados, hábito que lhes ficou da contínua existência de toupeiras agachadas sobre o lixo ou curvadas para deslizar dentro das suas barracas de tectos baixos como tocas (...)" (A Batalha, O Paraíso Burguês, de 25/03/1925, p. 1).*

*"(...) as ruas de Lisboa não deixaram de ser ainda escola, oficina e abrigo de centenas de crianças, onde colhem o alimento, instrução e o próprio diploma profissional (...) vivem da rua e para a rua, até (...) a maioridade no crime lhes dar direito a entrarem nas prisões do estado. Não têm outro futuro." (A Tutoria, n.º 12 -Dezembro, p. 2).*

*"O mendigo cidadão diz muitas vezes n'uma taboleta que traz ao pescoço as suas enfermidades (...) a par do mendigo invalido, do doente, do desgraçado, há propriamente o vadio que arranja vários meios de commover. (...) É uma legião desclassificada que percorre as ruas." (O Novidades, Os Mendigos, de 8/08/1911, p. 1)*

*"(...) pulula, grangrenada de doença e de miséria' em sintonia perfeita com a inúndice das ruas, mal iluminadas, que davam um aspecto lúgubre e sórdido aos bairros de Lisboa" (O Século, Cidade Mártir, de 29/04/1922, p. 1).*

Não possuímos testemunhos orais directos (histórias de vida, narrações biográficas, etnografia antropológica) das vivências daquele tipo de infância nessa época. Temos que recorrer às fontes literárias, as quais deram 'palavra' a essas crianças e jovens.

## Os Ecos da Infância Desvalida na Literatura Romântica do século XIX

A área da pedagogia está, no século XIX, bastante influenciada pela obra de J.E. Pestalozzi, que dedicou grande parte da sua vida à infância marginalizada, improvisando novos métodos de ensino. É verdade que a falta de análise prática e a incapacidade de analisar cada acção educativa, em cada contexto, levaram a algum insucesso pedagógico. Contudo, o seu amor à infância desvalida, o conhecimento dos seus problemas e a metodologia reeducativa, utilizada nas suas experiências, fazem designar a sua pedagogia de social. Na sua obra *Sobre a legislação e infanticídio* (1782) expressa essa sensibilidade com o mundo infantil, tal como Fröbel, criador dos ‘Kindergarten’, ao considerar a criança activa na situação de aprendizagem.

Encontramos alguns ecos infantis na literatura romântica em Jean-Paul Richer e Von Herder, influenciados pela obra de J.J. Rousseau *Emílio*. Os romances e a poesia educativa de Richer *Abelardo e Eloísa* e *Levana ou teoria da educação* (1807) são um bom exemplo dessa pedagogia literária. ‘*Levana*’ era a Deusa a que o *pater famílias* romano recorria quando acolhia nos seus braços o seu filho recém-nascido. Essa cerimónia pública, de teor religioso, implicava a aceitação do novo membro da família. Poeticamente Richer viu a criança como uma aurora pura do mundo futuro, isto é, a criança era o eco de como o divino e a beleza foi posta por Deus no homem. As palavras pronunciadas pelo *pater famílias*, diante da criança, ficavam gravadas na sua memória e iriam ser compreendidas mais tarde, no período da infância e juventude, já que essas fases, no contexto evolucionista, resumiam a história da humanidade e o ponto de partida do porvir. Ou seja, não se educava a criança para o presente, senão para o futuro, tendo os pais e tutores um importante papel, principalmente a mãe nos primeiros anos de vida. Pedagogicamente, Richer defendia o jogo lúdico infantil, a educação moral kantiana e a educação física proposta por J. Loke (Martins, 2002: 58-61).

São ainda de destacar, na corrente romântica, os contributos para a literatura infantil dos irmãos Jacob e Wilhelm Grimm, tão divulgados na época em Portugal. Inicialmente, não pensaram nas crianças ao recolherem oralmente muitas lendas e fábulas medievais, mas a sua colecção de contos de 1812 foi destinada à infância e juventude, apesar de algumas descrições cruéis e violentas

terem sido criticadas. Por isso, os irmãos Grimm souberam adequar as narrações à linguagem infantil, de tal modo que o conteúdo narrativo desses contos, de índole popular, sendo diversificado (fábulas de animais, lendas antigas) transmitia modelos de conduta, valores, crenças, superstições, mitos, etc. Em todos eles mistura-se o mundo real com o mundo imaginário (da fantasia e do fantástico), a sociedade tradicional e sociedade da época. Esse imaginário, esse discurso 'mágico' e maravilhoso constituía a evasão da dura realidade existente em que se moviam os protagonistas dos contos, permitindo uma identificação solidária com essas personagens (Delgado, 2000: 162-165).

Nestes contos, o herói possui qualidades humanas, superando as adversidades, relacionando-se, com naturalidade, com o mundo animal, com os anões, gigantes, fadas e bruxas e, outras vezes, procedendo de encantamentos. Ao lado dos elementos fantásticos narrativos surgem dados sociológicos e morais de carácter histórico. Senão vejamos. Os pais e as famílias numerosas, miseráveis e pobres abandonavam os filhos no bosque porque não os podiam alimentar (*Hansel e Gretel*). Algumas dessas crianças (*Os Três Pelos do Diabo*) são acolhidas por diversas personagens (artesãos, caçadores e personagens fantásticas), que ocasionalmente passavam por essas personagens, educando-as, ajudando-as a crescer ou utilizando-as como pedintes e mendigos. Há, pois uma semelhança nestes contos com a vida real do comportamento das famílias, que abandonavam as crianças ou as empurravam para a mendicidade, vagabundagem e marginalização.

O pai aparece representado com diversos tipos: o 'pai autoritário' encarnado pelos reis que tratam de forma déspota a rainha e os filhos; o 'pai débil' que faz tudo o que a mulher egoísta e ambiciosa lhe diz (*O pescador e a sua Mulher*); o *pai incestuoso* que abusa das filhas ao ficar viúvo ou abandonado. Também a figura da madrasta está presente naqueles contos. Quando as mães morrem de parto, é costume os viúvos voltarem a casar-se ou a juntar-se. Na maioria dos casos a madrasta perversa tem aversão aos enteados (maus-tratos, agressões, castigos e abandono), mas há sempre um final feliz para essas crianças e jovens (*O Bem Amado Rolando*, *Branca de Neve e os Sete Anões* e *Gata Borralheira*). *Hansel e Gretel* são um dos contos típicos onde se representam arquétipos: família numerosa; a madrasta que força o pai a abandonar os filhos no bosque; o papel de Hansel como o homenzinho protector da sua irmã; Gretel com todos os seus estereótipos tradicionais femininos (bonita, carinhosa, astuta, corajosa). *Branca de Neve* é uma menina levada para a morte devido à inveja da madrasta, mas o príncipe salvador resgata-a dos males.

Em outros contos dos irmãos Grimm o 'pai' fomenta a competitividade entre os filhos (*Os Três Irmãos*, *Os Quatro Irmãos Habilidosos*) num ambiente familiar pobre e numeroso, sendo primordial nessa literatura tanto o 'primogénito' (o sucessor dos bens e do nome) como o 'benjamim' (o mais querido pelos pais e irmãos). Por exemplo, na *Reina das Abelhas* e em *As Três Penas*, o filho mais pequeno, considerado pelos irmãos de 'tonto', converte-se em herói da família, recuperando o apreço e admiração de todos. Em *O Capuchinho Vermelho* aparecem muitos símbolos que serviram de exemplo aos psicanalistas, pois a menina (frágil, ingénua), esquecendo-se dos conselhos da mãe, deixa-se levar pelos desejos e interesses pessoais, ficando à mercê do lobo sedutor e destruidor. No pólo oposto está o caçador forte e protector, que salva os débeis, matando o lobo. O renascer tem o significado de perda da inocência e o conseqüente amadurecimento e superação dos traumas infantis. Na verdade, os contos dos irmãos Grimm transportam mitos, superstições, crenças religiosas e práticas mágicas, de interesse histórico, cultural e educativo, estando presente o inconsciente colectivo freudiano.

Outro escritor de grande importância no nosso estudo de representação e 'imagem' da infância abandonada e marginalizada é Charles Dickens (1812-1870), com as suas próprias vivências autobiográficas. *Oliver Twist* nasceu num hospício, habitual na época, onde cresceu com personagens amáveis e sinistras, terminando por fugir e cair nas mãos de um explorador de crianças, que o obrigava a roubar. Um dia, ao ser detido e acusado por um furto que não cometeu, a preocupação de Oliver foi procurar quem eram os seus pais, para poder recuperar a sua herança. Outro conto famoso de Dickens é *David Copperfield* (1849), protótipo da infância desvalida, cuja história está recheada de simbolismos, de peripécias, de situações de maus-tratos pela madrasta, de descrições educativas do Colégio, de castigos, da presença de animais, etc. A experiência vivida por Charles Dickens, o seu espírito de observação da vida social na época, a falta de protecção da infância desvalida e a sua imaginação fizeram que as suas narrativas descrevessem as situações sociais reais da época.

Na literatura portuguesa muitos escritores expressam um grande interesse social pela infância, incluindo as suas recordações da etapa infantil e do seu ambiente. Se analisarmos o *Dicionário Bibliográfico* de Inocêncio e Marques Júnior, de 1928, encontramos muitos escritores que escreveram livros para crianças (escolarização normal) até ao Estado Novo. Dessa análise descri-

tiva e de conteúdo destacamos, pela frequência, publicações e traduções de contos estrangeiros.

**Quadro n.º 2:** Listagem de escritores que abordaram a literatura para infância e juventude

Abel Gonçalves M. Viana, Adelaide Cadete, Adolfo Lima, Afonso Lopes Vieira, Alice Moderno, Alice Pereira Gomes, Alice Pestana 'Caiel', Adolfo Simões Müller, Ana de Castro Osório, Angelina Vidal, Antero de Quental, António Boto, António Cardoso Lopes Júnior, António Moniz B. Corte-Real, António Sérgio, António Simões F. Figueirinhas, Aquilino Ribeiro, Augusto Cau da Costa de Santa-Rita, Áurea Judite Amaral, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Cristina Torres, Delfim de Guimarães, Domitília de Carvalho, Emília de Sousa Costa, Ermelinda Salomé G. Neves de Almeida, Estefânia L. Cabreira de Oliveira Cabral, Francisco Adolfo Coelho, Fontana da Silveira, Gomes Leal, Gonçalves Crespo, Guerra Junqueiro, Henrique Marques Júnior, Henrique O'Neill, Henriques Lopes de Mendonça, Ilda da Ascensão Moreira, Irene Lisboa, Joana Távora Folque de Souto, Joaquim Cardoso de Sousa Gonçalves, João de Deus, João Francisco Maia, João Félix Pereira, João José Grave, José Agostinho Oliveira, José Fontana da Silveira, José Francisco Rodrigues, José Gomes Bento, José Inácio Roquette, Laura da Fonseca Chaves, Lopes Vieira, Luís Filipe Leite, Lutgarda Guimarães de Caires, Margarida R. G. Ottolini Coimbra, M.ª Amália Vaz Carvalho, M.ª da Conceição Infante de la Cerda O'Neill, M.ª da Conceição Lamas, M.ª da Luz de Deus R. Ponces de Carvalho, M.ª Emília Archer E. Baltasar Moreira, M.ª Fernanda Teles de Castro, M.ª Lúcia V. Namorado, M.ª Pinto Figueirinhas, M.ª Rita Cadete, M.ª Teresa Andrade Santos, M.ª Veléda, Manuel de Oliveira Cabral, Marques Júnior, Padre António de Oliveira, Padre José Carlos Vieira, Odette Passos y Ortega M. de Saint-Maurice, Olavo C. Leite D'Eça Leal, Olga Sarmiento, Oliveira Cabral, Pinheiro Chagas, Quintino Travassos Lopes, Raquel Roque Gameiro, Ricardo E. Rios Rosa y Alberty, Teófilo Braga, Teresa E. M. Leitão de Almeida, Virgílio Guerra F. Pedrosa, Virgínia de Castro e Almeida, Virgínia Lopes de Mendonça, Virgínia S. M. Teixeira de Aguiar, etc.

Também as bibliotecas infantis, iniciadas no século XIX, tiveram um grande papel na divulgação das obras de literatura infantil (contos, colecções de leituras) nacional e estrangeira (traduções), apesar da percentagem de leitores e de leitura ser baixa e reservada a uma minoria. Houve uma grande expansão dessas bibliotecas e colecções literárias infantis e juvenis, ao longo dos séculos XIX e XX, em que os editores e tipografias tiveram um papel importante (Martins, 2002: 72)

## A Imagem da Infância: uma Invenção Moderna

A simbologia da 'imagem natural' da criança, fruto do fundamento do adulto futuro e da sociedade onde ela iria desempenhar o seu papel social, consolida-se na mentalidade das classes médias liberais no século XIX e inícios do século XX. Os reformadores sociais estavam preocupa-

dos com os custos morais, humanos, assistenciais e educativos da urbanização, da pobreza, da industrialização, da mortalidade infantil, do analfabetismo e outros flagelos sociais da infância pobre e desfavorecida. É difícil valorizar a influência dessa imagem romântica da infância na mentalidade dos movimentos heterogêneos dos filantropos e reformadores sociais do século passado, mas eles valorizam essa imagem (em termos legislativos). Os seus discursos, os seus boletins, as revistas e as memórias das numerosas sociedades de protecção, de patronato, de instituições, etc., ilustram a convicção que a etapa infantil é determinante para o 'homem futuro'. Daí a importância que se dava à infância, tanto pelos seus valores instrumentais para a família, como para o Estado (futuro da nação como cidadão, como soldado e trabalhador).

A literatura do século XIX inventa o 'mito' da criança vítima inocente de um mundo adulto corrupto e cheio de brutalidades, que actua de forma impune contra esse universo de inocência e vulnerabilidade, de tal modo que, no dizer de C. Mínguez (1999), essa inocência constitui um motivo de atracção. Essa violência adulta, na família, na escola, na prisão e na comunidade desencadeia-se com certa intensidade quando a criança ou o jovem intentam desesperadamente defender a sua integridade, mas, simultaneamente, expressam a sua fragilidade. É o exemplo das vivências dos personagens o 'Estripador' ('Le Chourineur') e a 'Cantante' ('Fleur de Marie', 'La Goualeuse'), em *Les Mystères de Paris*, de Eugène Sue (1999, 2 Vol.), que ao serem abandonados pelos pais, foram recolhidos por adultos exploradores e sanguinários, caindo na delinquência e prostituição. O costume de atribuir apelidos era uma prática habitual, na época, identificando esses jovens nas distintas organizações ou bandos. Podemos encontrar esses 'apodos' (epítetos, alcunhas) nas crianças e jovens marginalizados e delinquentes, nos registos policiais, judiciais e crónicas da imprensa da época (Quadro n.º 3).

As crianças em situação de marginalização e 'em risco' de delinquir, viviam na rua ao 'Deus-dará', sem eira nem beira, mendigando e vagabundeando, sendo explorados por pouco dinheiro pelos adultos, numa luta incessante de sobrevivência. Neste ambiente marginal e delitivo, não faltavam casos de jovens 'extraviados', de bom coração. Eugène Sue (1999) adverte para as causas e as consequências da 'má educação' dessa infância, de tal modo que inclui na sua obra literária figuras de crianças ('Martial', 'Tortillard') que participam nas histórias narradas (Eco, 1967: 551-569). Essa 'má educação' reduzia-se a umas quantas actividades pontuais, habilidades,

vícios e ensinamentos sofisticados aprendidos na rua, na prisão e em seguir os maus exemplos dos pais, tutores ou exploradores.

**Quadro n.º 3:** Epítetos/Alcunhas referidos na imprensa sobre as ‘crianças da rua’

Na imprensa (*O Século, A Tutoria, A Batalha, Novidades, Diário de Notícias, Comércio do Porto, Epoca, Diário de Lisboa*, etc.) as crianças vadias eram designadas por: *rufião, chagados, macilentos, maltrapilhos e descalços, farrapos humanos, lixo da rua, pelado, pivete, catraios, pequenos viandantes, meliantes, vagabundos, moinas, guerreões*, etc. que nada tinham de alma, só instintos de ‘*pequenas feras*’ bárbaros e aves de rapina. Ou, ainda, designadas por: ‘cabeça de tacho’, ‘gato-mineiro’, ‘o marujo’, ‘o arrebenta a bexiga’, ‘o pouca tripa’, o ‘côdeas’, o ‘arroz doce’; - O ‘torto’, o ‘cá-cá’, o ‘cara linda’, o ‘birra’, o ‘gadanha’, o ‘cabaças’, o ‘pencudo’, o ‘trinca’, o ‘dentolas’, o ‘pulga’, o ‘janota’, o ‘tremoceiro’, o ‘meia-orelha’, o ‘texugo’, o ‘mijona’, o ‘caroço’, o ‘patanisca’, o ‘ferro-velho’, o ‘pintassilgo do Porto’, o ‘Russo da Alternada’, o ‘trailheira’, o ‘baeta’, o ‘diabo’; - O ‘ponta de mola’, o ‘colorau’, o ‘batata’, o ‘má-raça’, o ‘Papo-seco’, o ‘papa-rancho’, o ‘mau-cabelo’, o ‘Queixos de Rebeca’ etc.

As alcunhas eram um elemento de identificação tão importante como o nome e reconhecido oficialmente, caracterizando os próprios menores (nos Boletins da Polícia Civil, nos registos das Tutorias da Infância, na imprensa e no meio em que viviam). Estes epítetos marcavam desde crianças, chamando a atenção para os seus defeitos físicos ou para outros aspectos negativos que os distinguiam uns dos outros, particularidades do seu carácter ou do seu aspecto físico, etc. A sua utilização denota muitas vezes a relação agressiva e o escárnio que ligavam estes elementos, além de uma gíria própria (linguagem e códigos linguísticos usados na comunicação), que era um indicador importante da sua ‘subcultura’.

Pelo contrário, na ideologia educativa de finais do século XIX, anuncia-se um novo mito, que se desenvolve na segunda metade do século XX, que é o de uma ‘infância feliz’, separada dos adultos. Enquanto o adulto contemporâneo está sempre ocupado, cheio de responsabilidades, trabalha, manifesta-se socialmente e faz vida mundana, pelo contrário, a criança brinca despreocupada, sente-se protegida em determinados espaços, é sã, vive em contacto com a natureza e alimenta-se adequadamente (Popkewitz, 1998; Rodríguez Pascual, 2007). Trata-se de uma imagem artificial da criança (‘publicitada na literatura educativa/pedagógica’) que sugere outras problemáticas, que não iremos abordar. Na verdade, a crueldade adulta com essa infância desvalida, com as suas repercussões sociais, é uma referência constante na literatura do século XIX (Sue, 1999). Esse protagonismo literário da maldade, violência, brutalidade, unida ao roubo, mendicância e vagabundagem, manifesta sentimentos ambivalentes (intolerância, remorso, nostalgia, etc.) em relação a esse mundo fascinante e inquietante para essa infância e juventude

A infância desvalida e marginal aprendia estratégias e técnicas úteis, contrárias a uma 'boa educação', tais como a arte de roubar, do timo, da fraude, da estafa, da mentira, da pedinchiça, da advinha, etc. Estas aprendizagens aprendidas na escola da rua exigiam particulares pautas didácticas. Muitas dessas actividades ilícitas eram organizadas numa espécie de 'corporação de artes e ofícios', que configurava uma educação alternativa à oficial. Tratava-se de um sistema de ensino, de técnicas e normas didácticas orientadas para produzir comportamentos desviantes e um itinerário educativo pensado para uma vida marginal e fora da lei. A imagem dessa infância na literatura e na imprensa da época cresce num contexto que se converte no seu refúgio e na falta de expressões e gestos afectuosos, ou seja vivem uma moral invertida, devido ao abandono e à marginalização. Os seus sentimentos parecem atrofiados ou ocultos, aparentando as crianças serem mais velhas do que na realidade eram (Martins, 2005).

## A Representação das 'Crianças Abandonadas e Desvalidas' nos Periódicos

A literatura unia-se, na maioria das vezes, aos comentários jornalísticos e às crónicas negras daquela época (séc. XIX-XX). De facto, o conjunto da imprensa periódica põe-nos perante o cenário narrativo, de gerações sucessivas de escritores que pretenderam dar essa representação social da criança. O número de periódicos fundados sobre a educação cresceu enormemente entre o período de 1907-1936 (Nóvoa, 1993: XXXIX), numa fase de dinâmica editorial, marcada pela instabilidade, na medida em que as publicações tendem a ter uma vida efémera. No Estado Novo dá-se um decréscimo no aparecimento de novos jornais e revistas, ainda que se constate uma maior estabilidade editorial. Durante este período temporal a concentração geográfica dos locais de edição era maioritariamente na região de Lisboa (50%), seguia-se a região do Porto e Coimbra, ou seja, 90% das publicações eram editadas no litoral.

O nosso estudo empírico sobre a imprensa de educação e ensino levou-nos a construir uma '*Agenda*' dos periódicos publicados, entre meados o século XIX e meados do século XX, que abordassem nas suas narrações, de forma restrita ou ampliada, a problemática das crianças aban-

donadas, marginalizadas, desvalidas e delinquentes, incluindo a sua assistência e protecção a menores, assistência sócio-educativa e acolhimento reeducativo.

A concepção e organização dessa '*Agenda*' obedeceram a três critérios básicos: 'identificação do periódico', dos seus 'responsáveis' e do seu 'conteúdo'. Todos os periódicos e jornais analisados reservavam cerca de 20% do seu espaço à temática da criança escolarizada e pouco à não escolarizada. O nosso objectivo fundamental foi o de construir um 'corpus' da imprensa de educação e de ensino, seguindo a metodologia utilizada no '*Repertório Analítico*', elaborado por António Nóvoa (1993). A estratégia de trabalho consistiu na inventariação dos jornais/periódicos e revistas. Os factores de análise (ficha) consistiram nas seguintes cinco categorias: Título do periódico, local de publicação, data de publicação, responsáveis (director/editor ou proprietário) e conteúdo. Este integrava as subcategorias de: assistência e integração socioeducativa da criança, protecção jurídico-social e pedagógica (educação formal e informal, literatura infantil, problemáticas do ensino, etc.) (Martins, 1995: 335 e Apêndice IX-A).

As representações sociais das crianças pobres expressas na imprensa assentam numa lógica de inclusão, ora de rejeição, de acordo com as características culturais dominantes e com o contexto histórico e social de cada cidade portuguesa. As colunas e artigos da imprensa evidenciam determinadas atitudes face à pobreza, tendo como principal referente a situação social da família (numerosa), das condições de vida e alojamento, do estado de saúde, dos comportamentos sociais, do aspecto exterior, etc. São traços da indigência e mendicidade dessas crianças que, muitas vezes, se constituíam em mendigos e pedintes 'profissionais' induzidos pelos adultos (Carvalho, 1988; Vala, 1986).

Nestes artigos da imprensa aparecem várias designações de caracterização da situação da criança, por exemplo, 'expostas', 'abandonadas' e 'desvalidas', algumas delas gerando equívocos, já que a sua utilização aparece por vezes de forma indistinta, pois, considerava-se 'crianças expostas' as filhas de pais incógnitos, 'crianças abandonadas' as nascidas de pais conhecidos que as deixaram ao desamparo e 'crianças desvalidas' as que não puderam ser sustentadas pelos progenitores por várias razões (doença, idade avançada, prisão, invalidez, morte) (Pinto, 1996: 11-17). As narrações dos periódicos indicavam que as crianças ao completar os 7 anos de idade eram colocadas numa instituição de beneficência ou ensino tendo em vista uma educação elementar e

moral. Ao completarem os 12 anos esses jovens aprendiam um ofício e eram colocadas num serviço compatível com a sua compleição física.

Só nos primeiros anos do século passado se assistiu à consolidação, e até criação, de novas instituições assistenciais nos centros urbanos (internatos, asilos da infância desvalida) e associações de protecção, preocupadas com a crescente degradação moral das crianças e de iniciativa popular. O regime de internato nessas instituições estava dependente da condição social das asiladas, havendo: asiladas internas, crianças mais necessitadas que usufruíam de uma refeição diária e de ensino gratuito; e asiladas externas, que eram obrigadas a pagar uma quantia mensal e apenas frequentavam a escola. Os colonistas de muitos jornais por vezes, ao referirem-se a estas temáticas, fazem uma incursão histórica dessas instituições, dos seus fundadores e benfeitores e das diferentes modalidades de assistência infantil.

Na realidade os periódicos educativos retratavam/representam o quotidiano da criança pobre, mendiga e desvalida, referindo-se à:

**Imagem física e situação de pobreza/miséria.** Os espectros dos rostos das crianças e das mulheres nos centros urbanos (Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal, etc) são adjectivados de magros, pálidos e macilentos, expressões famélicas do rosto, além de sujos e ranhosos, apresentando uma grande falta de higiene, desnutrição, andrajosas, franzinas, raquíticas e os corpos maculados e cheios de feridas e chagas (maus tratos). O vestuário dessa infância não passava, muitas vezes, de um monte de andrajos. Os adultos vagabundos e mendicantes, que com ela conviviam nas ruas, nos albergues e nas prisões, levavam peças como o gibão ou o velho capote militar que alguns envergavam dia e de noite, calças rotas, remendadas e sujas; a boina proletária, os chapéus deformados e sovados pelo uso; os buracos e os remendos da roupa e abrigos, devido ao estafego a que estavam sujeitos os indivíduos que os exibiam; o espectro da tuberculose. As mulheres, algumas tísicas, com as suas saias sujas de tons escuros, cobrindo-se com xailes, que serviam, simultaneamente, de cobertor aos filhos que se aninhavam junto ao peito, protegendo-os do frio.

As crianças, seminuas, numa promiscuidade com a terra e a lama, que ladeava as

suas casas (nos becos, pátios, tugúrios, barracas, 'ilhas', choças, subterrâneos, etc.) acompanhavam as mães ou pais, ajudando-os a reforçar as lamúrias e a segurarem no casaco dos transeuntes para obrigá-los a reparar no seu aspecto e obter a esmola pretendida. O calçado era frequentemente inexistente nas crianças e nos adultos apresentava-se muito gasto e esburacado. Em geral estas crianças sem família, pertencentes a famílias não normais ou famílias pobres e/ou numerosas alimentavam-se mal, 'chafurdando' nos lixos das ruas: "*Há casas de gente pela Alfama e por Alcântara, onde vivem seis e sete crianças em promiscuidade com parentes enfermos, sem agasalhos, sem roupa e sem ter que comer*" (*O Século*, de 11/02/1922, p. 2). Outras comiam caldo sem tempero, sardinha, batata e broa, apresentando-se famintas, desnutridas e enfezadas.

**Vagabundagem, desvio social, prática de mendicidade, delinquência e criminalidade.** Muitas pessoas queixavam-se destas situações, dirigindo cartas às redações dos jornais e na esquadra, sobre as crianças mendigas e vagabundas nas ruas das cidades, tal como nos narra Luís Óscar, na coluna 'As Crianças' no jornal '*O Elmano*' (Setúbal), de 1907 (p. 1): "*É vulgaríssimo encontrarmos pelas ruas crianças, vestidas de farrapos sujos e asquerosos, d'olhar triste, nostálgico e rosto macilento, pedindo-nos: -uma esmola, por amor de Deus. Na maior parte dos casos, filhos da rua, do acaso, sem terem conhecido nem pai nem mãe, faltando-lhes o arrimo da família que lhe dê o pão do corpo e do espírito, vêem-se na necessidade de esmolar para provarem a sua assistência, dormindo pelos bancos das praças, nos limiares das portarias, de sociedade com os cães vadios, párias e famintos...*"

Tal como acontecia com os adultos, a mendicidade infantil era encarada de forma negativa, sinónimo de ociosidade e devassidão, associada a um processo delitivo que culminava na delinquência e criminalidade (Martins, 1995, Vol. 1). Implícita à mendicidade, aparece a vagabundagem, a mais temível das origens da criminalidade, para muitos jornais, pois a criança põe em prática ensinamentos delitivos e criminosos. A imprensa fazia eco dos vários planos existentes no País para a repressão

contra a mendicidade e vagabundagem. No Porto, os jornais enalteciam os resultados positivos obtidos pelas autoridades na luta contra a mendicidade. Esses planos contavam com a participação do Governo Civil, da Câmara Municipal, da Polícia de Segurança Pública e da Associação Comercial (Carvalho, 1988).

**Prostituição infantil.** É a outra face da miséria, aparecendo nos registos policiais e das 'tutorias de infância' (tribunais de menores) esses menores entregues à prática da prostituição, como forma de sustento. Os jornais apelam às autoridades no sentido de intervirem de forma firme e resoluta, mas também insinua que a atitude de apatia revelada pelas autoridades é devida ao facto de bastantes clientes serem pessoas conceituadas. Em alguns casos essas crianças e jovens eram tratadas de forma agressiva pelos comerciantes, moradores e exploradores.

**Exploração de menores** (pedintes, mendigos, trabalho infantil). Os jornais retratam o espectáculo degradante de crianças miseravelmente vestidas, extenuadas e cheias de frio, dormindo ao relento nas ruas e jardins. Muitas delas não regressavam a casa porque os pais ou familiares não permitiam, enquanto não amealhassem a quantia estabelecida por eles. Eram obrigadas a mendigar e vagabundear até arranjarem o dinheiro estabelecido, mesmo pelo furto. Os jovens empregados estavam vulneráveis aos caprichos e despotismo dos patrões, que quando entendessem podiam despedi-los. No interior das fábricas na região de Lisboa, Porto e Setúbal o emprego de mão-de-obra infantil constituía uma prática corrente. Os jornais criticavam o elevado número de horas de trabalho impostas às crianças, a deficiente alimentação, das degradantes condições de trabalho e dos baixos salários que usufruíam.

**Mortalidade infantil.** Nos princípios do século passado as taxas de mortalidade infantil eram elevadas. As causas apontadas pelos jornais eram várias, por exemplo: as mulheres operárias, ao trabalharem muitas horas seguidas não garantiam uma alimentação adequada aos filhos nos primeiros tempos de vida; a ignorância nas regras de higiene básica, além de recorrerem às 'abortadeiras'; o abandono prema-

turo das crianças; as doenças como meningite, pneumónica, tuberculose e varíola; alimentação deficiente devido à pobreza e miséria dos pais.

De facto, havia uma relação vinculativa entre a pobreza/miséria e a doença, constituindo uma cadeia irregular: pobreza – degenerescência física; degeneração moral e cultural; e perigo social. Por isso, não é de estranhar que os três temas relevantes do século XIX e princípios do século XX que interessavam os médicos eram a mortalidade infantil, a criminalidade e a falta de medidas higiénicas e de profilaxia, já que determinavam muitas das percentagens de abandonos físicos e morais na infância das famílias pobres. Á família exigia-se a sequência dos 3 ‘ás’ (alimentação, ar e água) e dos 2 ‘lês’ (luz e limpeza).

**Analfabetismo infantil.** Foi sempre uma das ‘chagas sociais’ terríveis da sociedade portuguesa, que devido aos seus elevados índices (à volta dos 70%), constituiu uma preocupação dos programas políticos, implementando medidas que na prática se tornaram ineficazes: “*Em termos genéricos, no final da República, 2 de cada 3 crianças portuguesas não cumpriam a escolaridade obrigatória*” (Nóvoa, 1988: 37). A rede escolar começou a expandir-se, pouco a pouco, desde meados do século XIX, apoiada por publicação de abundante legislação e por ideias pedagógicas inovadoras (Fernandes, 1994; Nóvoa, 1988: 33-36).

Em definitivo, face às representações e atitudes na indigência infantil no contexto escolar, os jornais destacam a noção de ‘igualdade’, concebida sob a forma de que a educação é património partilhado por todos, independentemente da sua condição social. Fazem menção das condições degradantes de muitas escolas e, principalmente, da falta de assistência escolar, pois as crianças pobres e desfavorecidas socialmente iam para as escolas privadas do mínimo de conforto, descalças, rotas, faces macilentas, mal arrançadas e famintas. Por vezes, o zelo das professoras, com a ajuda dos pais, esmerava no asseio das aulas e no material didáctico. A miséria não era desculpa para os mais necessitados frequentassem a escola, embora os apoios do Estado fossem nulos ou escassos. Nessa incapacidade do estado assegurar a instrução a todas as crianças do País, enaltece-se o esforço das escolas, professores e associações particulares.

## Algumas Ideias para Reflexão

A infância é uma representação recente. A narrativa romântica teve um papel importante na conformação de uma ideologia educativa e de um conceito de infância na modernidade. A literatura pedagógica concentrava a sua atenção nos processos educativos formais, na escolarização e nos métodos didáticos e, por vezes, no tratamento médico-pedagógico reeducativo nos hospícios, asilos, orfanatos, casas de correção, internatos ou reformatórios. Especialmente, esta literatura, tratava de traduções/adaptações de obras estrangeiras (fábulas, obras de Madame de Beaumont) ou de contos (Hans Christian Anderson, Richert, Grimm, etc.) valorizando a criança e as suas características, por exemplo, a Coleção 'Teatro para Crianças' de Lallemand Frères (Lisboa, 1883-85, dirigida por M.<sup>a</sup> Rita Cadet). Apesar das insuficiências institucionais no ensino e dos índices elevados de analfabetismo emerge uma literatura escolarizada e de lazer orientada para a infância alfabetizada (Quadro n.º 1).

Havia um outro tipo de crianças que fugia à escola e vagueava durante o dia, crianças sujeitas aos vícios e más influências, ao mendigarem pelas ruas, que algumas vezes partiam dos próprios pais. Esfomeadas e rotas, quando a mendicidade não dava resultado (esmola), dedicavam-se a praticar delitos (roubo, furto, indisciplina, agressão, ofensas morais, etc.) que progressivamente constituíam num hábito que, quando (pré) adolescentes, as levava para a delinquência e criminalidade. Tratava-se de crianças abandonadas 'órfãs de pais vivos'. Estas crianças caíam nas malhas da justiça e eram (re)educadas em instituições especiais (Martins, 1995, Vol. 2).

A problemática de vida dessas crianças e jovens vagabundos das ruas dos centros urbanos e as suas implicações educativas eram-lhes totalmente alheias ou indiferentes (Quadro n.º 2). Por isso, a análise historiográfica e etnográfica só é possível a partir das narrações, dos relatos dos romances, dos folhetins de histórias, das apreciações nos artigos de revista e nas colunas dos periódicos. O que essas crianças e jovens conseguiram ou perderam nas prisões, nas instituições de acolhimento, de assistência educativa e/ou nos reformatórios e asilos só podemos intuir, analisando o conteúdo narrativo e discursivo dos documentos jurídicos, de pedagogia social, nos textos de história da pobreza, da família e da assistência social, nos espólios dessas instituições, etc.

Toda essa análise leva-nos a questionar a profunda infelicidade dessas crianças e jovens, os seus infortúnios e a falta de uma (re) educação eficaz (Martins, 2005).

A representação destas crianças na construção de uma identidade cultural não letrada está nas fontes documentais da literatura infantil e juvenil, da assistência educativa, da demografia, dos processos jurídico-sociais (tutorias, tribunais de menores e de família, investigação policial, etc.) e das instituições (asilos, reformatórios, colégios, etc.). A narração e o contexto das representações sociais e educativas dessa infância e juventude permitem-nos relacionar o 'discurso' e a 'realidade (o observável pelos discursos e representações transcritas). São narrações que traduzem, por um lado, as posições, os interesses, a descrição da sociedade da época tal e qual a pensam ou se gostaria que fosse e, por outro lado, as práticas sociais e institucionais correspondentes a discursos legítimos. No fundo, as memórias desta infância sem voz e sem vez são plausíveis de investigação historiográfica.

## Referências Bibliográficas

- Araujo, Matilde Rosa (1989). *A Infância Lembrada*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ariès, Philippe (1988). *A Criança e a Vida familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Barros, João de (1914). 'A Criança'. *Tutória*, n.º 6 (Março), pp. 87-90.
- Carvalho, M.ª Elvira R.C. Teixeira (1988). *A Câmara Municipal de Braga e os seus pobres, 1900-1945* (Tese de Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea). Braga: Universidade do Minho.
- Delgado, Buenaventura (2000). *Historia de la Infância* (2.ª ed.). Barcelona: Ariel.
- Eco, Umberto (1967). 'Rhetoric and Ideology in Sue's Les Mystères de Paris'. *International Social Science Journal*, 19, pp. 551-569.
- Escolano, Agustín (2005). 'A Memoria, identidad y diferencia en la construcción del campo intelectual de la educación y de su historia'. *Revista de Ciências de la Educación*, 202, 219-240.
- Faria, Ana L. Goularte de; Demartini, Zeila de Brito F.; e Prado, Patrícia Dias (1992). *Por uma Cultura da Infância*. Campinas: Editora Autores Associados.
- Fernandes, Rogério (1994). *Os caminhos do ABC – Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*. Porto: Porto Editora.

- Finkelstein, B. (1986). 'La incorporación de la infancia en la Historia de la Educación'. *Revista de Educación* (Madrid), 281, 19-46.
- Gondra, J. Gonçalves (org.s) (2002). *História, Infância e Escolarização*. R. Janeiro: 7Letras.
- Marquesa de Pomares (1906). *Os pobres e os ricos. Crianças e adolescentes*. Coimbra: Typ. França Amado.
- Martins, Ernesto C. (1995). *A problemática sócio-educativa da protecção e da reeducação dos menores delinquentes e inadaptados entre 1871-1962* (Vol.s 1 e 2) (Tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Humanas da UCP). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Ciências Humanas.
- Martins, Ernesto C. (2002). 'A Educação popular e a literatura infantil na 1.ª República'. *Educare Educere* (ESE de Castelo Branco), Ano VIII, n.º 13 (Dez.), 57-73.
- Martins, Ernesto C. (2005). 'O Retrato histórico-educativo da criança abandonada (Monarquia Constitucional e 1.ª República)'. In: FERNANDES, R. e VIDIGAL, L. (Coord.s), *Infantia et Pueritia. Introdução à História da Infância em Portugal*, (pp. 151-167). Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém.
- Minguez, C. (1999). *La educación social a través de la literatura: familia, escuela e infancia en la literatura española de finales del siglo XIX*. Valência: Nau Llibres.
- Morgado, Emília (1965). *Criancinhas. Puericultura*. Porto: Imprensa Portuguesa
- Nóvoa, António M.M.S. da (1988). 'A República e a Escola. Das intenções generosas ao desengano das realidades'. *Revista Portuguesa de Educação*, 1 (3), 29-60.
- Nóvoa, António M.M. S. da (dir.) (1993). *A Imprensa de educação e ensino. Repertório analítico (Séc. XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Pelayo, V. C. (1950). *A Questão social da criança*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- Pinto, M.ª de Fátima (1996). 'Pobreza na Lisboa do primeiro terço do século XX: a face sombria da capital'. *Revista História*, Ano XVIII, (Nova Série), n.º 21 (Junho), 7-23.
- Popkewitz, T.S. (1998). *Struggling for the Soul*. N. York: Teachers College, Colombia University.
- Rocha, Cristina e Ferreira, Manuela (1994). 'Alguns contributos para a compreensão da construção médico-social da infância em Portugal (1820-1950)'. *Educação, Sociedade & Cultura*, n.º 2, 59-90.
- Rodriguez Pascual, I. (2007). *Para una sociología de la infancia: aspectos teóricos y metodológicos*. Madrid: CIS.
- Sá, Isabel dos Guimarães (1995). *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Santos, Delfim (1959). *A Criança e a Escola*. Lisboa: Editora Império.

Sue, Eugène (1999). *Les Mystères de Paris*. Paris: L' Harmattan

Tenorth, H.E. (2001). 'A New Cultural History of Education. A Developmental Perspective on History of Education Research'. In: Popkewitz, T.S., Franklin, B.M. & Pereyra, M.A. (ed.s), *Cultural History and Education*, (pp. 67-82). N. York/London: Routledge Falmer.

Vala, Jorge (1986). 'Sobre as representações sociais – para uma epistemologia do senso comum. *Cadernos de Ciências Sociais*, 4 (Abril), 5-25.

Varela, J. (2001). 'Genealogy os Education: Some Models of Analysis'. In: Popkewiz, T.S., Franklin, B.M. & Pereyra, M.A. (ed.s), *Cultural History and Education*, (pp. 107-124). N. York/London: Routledge Falmer.

